

# **MANIPULAÇÃO DO TERRITÓRIO: o agronegócio e o campesinato na Amazônia**

## **MANIPULATION DU TERRITOIRE: l'agro-industrie et les paysans de l'Amazonie**

**Cleilton Sampaio de Farias**

Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UFAC  
cleilton.sampaio@ac.gov.br

### **Resumo**

Este texto é produto dos primeiros apontamentos que fizemos em referência a pesquisa “Agroindústria Álcool Verde: o avanço do capitalismo no campo e suas implicações sobre o projeto de assentamento Zaqueu Machado – Capixaba. AC”, vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFAC. Nele abordamos o desenvolvimento desigual e contraditório do capital na agricultura brasileira, em especial no município de Capixaba no estado do Acre, onde se territorializa a Agroindústria Álcool Verde com implicações na estrutura fundiária local, principalmente nos projetos de assentamento Alcobrás e Zaqueu Machado. Para tanto, buscamos descrever como o Estado influi nesse processo de desorganização/manipulação do território, através do discurso de modernização e desenvolvimento regional, destacando qual é papel do agronegócio e do camponês no processo descrito.

**Palavras-chaves:** Território, Agronegócio, Campesinato, Amazônia, Desenvolvimento Regional.

### **Résumé**

Ce papier est un produit de la première note, nous avons fait en référence à la recherche "Green Agroindustry Alcool: l'avance du capitalisme dans les campagnes et leurs incidences sur le projet de règlement Zaqueu Machado - Capixaba. AC ", liée à la programme de maîtrise en développement régional de l'UFAC. Il adresse le développement inégal et contradictoire de la capitale dans l'agriculture brésilienne, en particulier dans la municipalité de Capixaba à l'Etat d'Acre, où l'alcool Agroindustry territorialisé vert avec des implications pour la structure locale des terres, principalement dans des projets de règlement et Alcobre Zaqueu Machado. Ainsi, nous décrivons comment ce processus influe sur l'état de (dés) organisation / manipulation du territoire, à travers le discours de la modernisation et le développement régional, qui met en évidence le rôle de l'agro-industrie et l'agriculteur dans Le processus décrit.

**Mots-clés:** Territoire, L'agro-industrie, Lapaysannerie, L'Amazonie, Le développement Régional.

## Introdução

Da relação entre a geografia como disciplina científica e seu ramo ligado à política depreendem algumas estratégias de controle dos conflitos sociais gerados no âmbito da base material e simbólica da sociedade – o território. Nesse contexto, o papel do Estado e sua atuação no manejo da sociedade – na organização, direção e administração – requer algumas intervenções na configuração espacial em várias escalas, e de formas diferentes, sendo que em alguns casos essas intervenções acabam gerando conflitos entre os atores envolvidos. Assim é que vemos esse poder estatal exercido no espaço composto por assimetrias como uma forma de manipulação da sociedade e de sua forma concreta - o território.

Portanto, o nosso objetivo percorre a compreensão do processo de formação do projeto agroindustrial sucroalcooleiro no estado do Acre, a identificação da lógica da territorialização do capital agroindustrial em escala regional e local, e por fim, a análise das especificidades estabelecidas na relação entre o capital agroindustrial com os camponeses assentados nos projetos Alcobrás e Zaqueu Machado.

Para tanto, após as características da área de estudo, faremos uma construção teórica sobre a problemática relacional como fundamento de formação do território, depois partiremos para um entendimento da concepção de território, enfocaremos os fundamentos da territorialidade capitalista e da territorialidade camponesa e suas discordâncias, e por fim, apresentaremos a espacialização da manipulação do território expressa na relação entre a agroindústria Álcool Verde e os assentados nos projetos de assentamento Zaqueu Machado e Alcobrás.

A metodologia utilizada constitui-se de: levantamento bibliográfico, de análises qualitativas de entrevistas com representantes de órgãos governamentais responsáveis pela reativação do projeto sucroalcooleiro no estado, assentados e lideranças comunitárias e representantes da agroindústria Álcool Verde.

Entendemos que com a constituição da agroindústria Álcool Verde para o processamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar, esta poderá assumir grande importância econômica, social e ambiental, ou aprofundar as desigualdades e disparidades do capital agroindustrial com os camponeses assentados

nos projetos para fins de reforma agrária localizados próximo à agroindústria, configurando um estado de tensão resultando em uma agravação da questão agrária no estado.

Assim, o entendimento destas questões torna-se essencial para a compreensão e resolução dos problemas agrários no estado. Sabendo que é na resolução da questão agrária que está estruturado o futuro das grandes mazelas da população rural, sendo necessária uma resposta efetiva e eficaz, tendo em vista que, essa problemática é um obstáculo econômico, social, político e ético ao desenvolvimento.

### **Aspectos geográficos da área de estudo: O município de Capixaba/AC**

Segundo dados do IBGE (2007) o município de Capixaba possui uma área de 1.713 km<sup>2</sup>, e população de 8.446. O nome do município surgiu durante as primeiras migrações no começo do século 20 com a chegada de uma família de Espírito Santo com uma serraria manual, conhecida como Pica-Pau no então Seringal Gavião no km 77 de Rio Branco. A moradia desta família foi nomeada pelos vizinhos de Serraria do Capixaba.

O município foi criado no dia 28 de fevereiro de 1992 pela Lei 1.096, diante do desenvolvimento das áreas municipais vizinhas de Rio Branco e Xapuri, atualmente situa-se na Regional do Baixo Acre.

Com distância da capital Rio Branco de 77 km, com a qual faz divisa, além dos municípios de Senador Guiomar, Xapuri e Plácido de Castro, e fronteira internacional do Brasil com a Bolívia.

O município é cortado pela BR 317, que lhe proporciona uma dinâmica territorial dando fluxo de transporte de carga e de pessoas por quase toda a sua extensão, ligando-o aos outros municípios do Estado. A BR 317 é conhecida nessa região como a Estrada do Pacífico, devido ao projeto que pretende ligar via malha rodoviária o Brasil com os portos do Peru.

### A problemática relacional

A expressão do poder territorializado se faz pelo confronto de assimetrias contidas em uma relação, que direciona para um fim pretendido pelos atores. Como conseqüências ocorrem às dinâmicas territoriais e mudanças na configuração sócio-espacial e estratégica. Dessa forma, para a compreensão do processo de manipulação do território, primeiro apresentaremos as características que compõem a problemática relacional entre a agroindústria Álcool verde e os Assentamentos PA Alcobrás e PA Zaqueu Machado, e posteriormente, esporemos o conceito de território para então chegarmos á definição de territorialização e territorialidades, com as características que compõem as duas faces da relação, o agronegócio e a propriedade camponesa.

A relação que citamos é composta pela Agroindústria Álcool Verde como ator sintagmático, representante do projeto sucroalcooleiro no estado do Acre, legitimada pela lógica capitalista de reprodução de mais-valia. Do outro lado da relação estão os Projetos de Assentamento Zaqueu Machado e Alcobrás como atores paradigmáticos, formado por camponeses que possuem uma lógica diferente da capitalista, ou seja, de produção de subsistência para a reprodução da vida.

A problemática relacional que enfocamos ganha força na concepção de Raffestin (1993, p. 30), nesse sentido, seria um processo, portanto o da explicação de um corpo de conceitos tão unívocos quanto for possível sem os quais não se pode chegar a um conhecimento livre das ambigüidades do conhecimento imediato que se pode ter dos fatos (RAFFESTIN, 1993, p. 30).

Encontramos também defesa da abordagem relacional como atributo da formação e caracterização do território em Haesbaert (2001, p. 51). O autor enfatiza que há outra concepção de território que resulta das relações sociais, que são sempre relações de poder.

Assim, podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, de suas contradições, de construções, mas também, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material. Além disso, outra conseqüência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento,

estabilidade, limite e/ou fronteira. “Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões” (HAESBAERT, 2001, p. 55).

Devemos compreender que a relação se desenvolverá em determinados espaços que somente após a influência do poder com seus atributos e características, definirá aquilo que pode ser definido como seu território de apropriação.

Neste caso, o poder vai se manifestar por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando na relação que se estabeleceu, os dois pólos se confrontam. As forças criam o campo do poder. Contudo, o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

O poder constrói as suas características através da atuação nas dimensões política, econômica, social e cultural, e assim, forma ou transforma o território, a sua imagem e semelhança, capaz de responder a todas as suas aspirações.

A partir de uma representação daquilo que é pretendido, os atores vão proceder a uma repartição das superfícies, a implantação de nós, e à construção de redes. “Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço e que constituem de algum modo, o território [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Em síntese, o poder possui as características de formular questões e definir padrões, pela utilização de seus atributos da coerção ou persuasão, e assim, territorializa em um espaço provido de relações culturais, sociais e econômicas. No entanto, o território como espaço de atuação do poder possui diversas estâncias de disputas, e entre elas, o campo encontra-se no centro dos conflitos.

## **Territórios**

Ao propormos analisar a agricultura brasileira, estudando a relação da Agroindústria Álcool Verde com os projetos de assentamento, estaremos travando um debate no seio de acontecimentos ligados com a expansão do capitalismo no campo, no caso específico do Brasil, que ao nosso entender acontece de forma “contraditória e combinada” (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

Ao tomarmos como base essa teoria de desenvolvimento do capitalismo no campo como contraditório e combinado, devemos nos atentar que esse desenvolvimento se dará principalmente de duas formas: pela territorialização do monopólio ou monopolização do território.

No primeiro mecanismo desse processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Dessa forma, “o capitalista / proprietário de terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola” (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

No segundo caso, na monopolização do território, o próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo. Assim, o capital monopoliza o território através da sujeição da renda da terra sem se territorializar (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

Como o território é o espaço em que tais relações se desenvolvem, entender como é concebida a sua construção torna-se bastante pertinente para a compreensão das transformações na agricultura brasileira.

Primeiramente, existe a corrente teórica de cunho marxista enfoca que a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado do próprio modo de produção capitalista, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. Nesse caso, a valorização é o produto do trabalho humano, a produção é o produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de produção ampliada do capital (OLIVEIRA, 1999, p. 74-75).

Há também a concepção de território como totalidade multidimensional do espaço de governança de um país, de um estado, de um município e de propriedades, emergindo um conceito político em que a soberania pode ser explicitada pela autonomia dos governos na tomada de decisões. “Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as

outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc.” (FERNANDES, 2008, p. 78).

Nesse ponto, encontramos a chave para a explicação da manipulação dos territórios, tendo em vista que o Estado usa o seu poder, sua soberania e sua autonomia para direcionar a configuração que deseja, organizando e desorganizando com fins de desenvolver o seu espaço de dominação. Ora cria assentamento, ora incentiva o agronegócio, assim cria disparidades entre a lógica capitalista e a resistência não capitalista.

Acreditamos que o Estado manipula o território, pois possui os atributos para tal fim, a soberania. No entanto, na tomada de decisão sobre suas ações, ocorre à atuação de forças extrínsecas, que muitas vezes representando alguma classe define a ação e o lugar da operação. Nessa concepção, palavras como ordenamento e zoneamento tem um só sentido, de alocar recursos – naturais e humanos – que poderão serem experimentados em algum momento de acordo com a vontade do poder.

O capital possui essa “qualidade ou poder” de influenciar o Estado no direcionamento e adequação de suas intenções com a conformação da configuração do território. Em busca de sua reprodução ampliada, pressiona, faz parceria e contrata com o Estado. Tudo conforme a sua vontade, assim, aloca mão-de-obra, disponibiliza-se incentivos diversos, constrói-se sistemas de engenharia para a conformação ideal do território com a lógica predatória do desenvolvimento capitalista. No entanto, o território de apropriação capitalista localiza-se subordinado ao da soberania estatal, a sua esfera de poder e governança, de conformação e de manipulação.

Infere-se que, como cada tipo de território é em si uma totalidade com uma multidimensionalidade em escalas diferentes, formando a multiterritorialidade, composta por todas as formas de territorialidades intrínsecas e relacionadas com o todo. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representadas como camadas sobrepostas, em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou camadas (FERNANDES, 2008, p. 70).

Assim, definimos a multidimensionalidade do território de governança, e sua multiterritorialidade composta pela territorialidade capitalista representada pela

agroindústria Álcool Verde e a territorialidade camponesa com os assentamentos, envoltos pelo município de Capixaba no estado do Acre.

### **A territorialidade camponesa e a territorialidade capitalista**

Ao considerarmos o território como totalidade, pressupõe uma estrutura territorial composta por partes autônomas – as territorialidades-, que possuem características próprias formando o todo. Assim, podemos então evidenciar que na nossa área de estudo possuem territorialidades com características distintas: a territorialidade camponesa dos assentamentos para fins de reforma agrária e a territorialidade capitalista da agroindústria Álcool verde.

A territorialidade pode ser compreendida como uma estância da totalidade do território, composta de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Podemos acrescentar a compreensão da territorialidade conforme Bonnemaïson e Rosendahl (2002, p.99 apud CARLOTO, 2006, p. 43): “a soma entre território e identidade, ou seja, muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território”. A tudo isso acrescenta-se ainda o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos, no sentido de controlar um dado território.

Dessa forma, levando-se em consideração, a conceituação de territorialidade exposta anteriormente, constatamos em um mesmo espaço duas formas distintas de territorialidades, com suas características, sentidos e dinâmicas totalmente distintas entre si, ou seja, uma destinada para produção e reprodução de capital, a agroindústria Álcool Verde, e a outra composta por camponeses.

Além disso, fazendo uma pequena distinção entre os fundamentos e ideais do sistema agrícola desenvolvido na territorialidade camponesa e o sistema agrícola do agronegócio, temos:

[...] O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do camponês. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em larga escala são

algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências [...] (WELCH e FERNANDES, 2008, p. 165).

Para caracterizarmos melhor essa diferenciação, encontramos alguns elementos que formam a produção camponesa: força de trabalho familiar, parceria com outros camponeses, o trabalho acessório, trabalhadores temporários, socialização do camponês, propriedade da terra, propriedade dos meios de produção, e por fim, a flexibilidade da jornada de trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 55 – 64).

Nas propriedades camponesas, suas características são distintas da propriedade capitalista, seu elemento principal de produção é a comida, sua própria subsistência, e a venda do excedente no comércio local, como bem enfoca Almeida (2007, p. 10).

A comida é o elemento central da produção camponesa, dotada de linguagem simbólica, a sua existência tem primeiramente uma relação direta com a autoridade do pai, responsável pela manutenção da família, [...]. Logo, comida é mais que comida como alimento, na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia [...] (ALMEIDA, 2007, p 10).

Assim, quando Almeida (2007, p. 01) explicita a importância da terra para o camponês, dissociando da importância para o capitalista, parte do enfoque que para os primeiros esta emerge uma importância como fonte de comida, enquanto local de produção e consumo, sendo principalmente nesta questão que tem marcado a separação entre camponeses e capitalistas, pois os primeiros precisam dela para reproduzir-se como camponeses, os segundos, para explorar o trabalho alheio, para especulação e acumulação.

É na propriedade camponesa que se encontra o sentido de viver do camponês, a sua fonte de vida, a sua identidade, as suas histórias, o seu imaginário enquanto ser, e é por tudo isso que a posse da terra foi e ainda é hoje a sua principal riqueza, e espaço principal de sua expressão e reprodução da territorialidade. Portanto, na eminência da separação do camponês “da sua” terra – com a destruição da sua territorialidade - que surgem conflitos.

Já os empreendimentos agroindustriais capitalistas como a Álcool Verde, possuem características contrárias aos camponeses, por sua própria história de

concentração fundiária, exploração da classe trabalhadora e por fim, visando destinar a sua produção para o mercado externo.

A lógica da/na territorialidade capitalista não é a satisfação das necessidades básicas de reprodução da vida, ou seja, o valor de uso da produção, mas sim o valor de troca que fundamenta a produção de mercadorias, a extração da mais-valia e a apropriação da renda da terra. O conjunto destas características forma os fundamentos da territorialidade capitalista e fortalece as diferenças com o campesinato.

Sobre a territorialidade capitalista representada no campo atualmente pelo modelo do agronegócio, conforme Welch e Fernandes (2008, p. 165) seus fundamentos estão estruturados por um “complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças, todos sob o controle do capital, que ainda utiliza o campesinato no sistema de forma contraditória”.

Oliveira (2005b) apud Souza e Conceição (2008, p 104), afirma que o agronegócio significa a tradução do termo desenvolvido nos EUA com o nome de “agrobusiness”, ou seja, agricultura de negócio, entendido no Brasil como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio”.

Um exemplo de territorialidade capitalista fundamentada no agronegócio está no setor sucroalcooleiro, suas características básicas de atuação são: a monocultura (cana-de-açúcar), o cultivo em grandes extensões de terras (latifúndio), a exploração do trabalhador, a destinação da produção para a exportação, o desperdício de recursos naturais no plantio e processamento da cana-de-açúcar e, por fim, o apoio do governo com incentivos de diversas formas para a manutenção e expansão do modelo. Veja abaixo alguns dados sobre a produção da cana-de-açúcar:

[...] A cultura da cana-de-açúcar é uma atividade onde as grandes unidades têm participação superior às pequenas. Elas participam com 31,6% das terras plantadas, 33,1% da produção e 31,1% do valor da produção gerado. Entretanto, mesmo nessa cultura a participação mais expressiva é da média unidade, que ficou com mais de 40% de tudo. Mesmo com a participação de mais 89% do número de estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar, as pequenas unidades participam com pouco mais de 10% e inclusive, esta participação está mais localizada no Nordeste e no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2003, pág. 140).

Compreendendo a forma como foram descritas a territorialidade camponesa e a capitalista, podemos visualizar melhor a formação do território em que ocorre a nossa

investigação. Assim, procuramos estudar a constituição da Agroindústria Álcool Verde em um espaço rodeado por assentamentos destinados a reforma agrária, sendo que estas disparidades foram definidas e proporcionadas pelo poder estatal através de políticas de desenvolvimento regional, manipulando o território para a sua racionalidade, e inserindo a Amazônia como território de ampliação do “mar de cana” no Brasil.

O avanço do plantio de cana-de-açúcar em direção à Amazônia contrariou a opinião pública nacional e internacional, e mesmo com toda a pressão sobre a origem do etanol produzido no Brasil, foi durante a gestão da ex-ministra do meio ambiente a acreana Marina Silva, que por força de vários parlamentares e do próprio governo estadual que a agroindústria Álcool Verde territorializou-se no município de Capixaba.

### **A agroindústria Álcool Verde e os Projetos de Assentamentos**

A agroindústria Álcool Verde é fruto de um antigo projeto que pretendia a produção de álcool e açúcar no Estado do Acre, o antigo projeto Alcobrás. O projeto Alcobrás, vinculado ao Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), foi criado no Acre no final da década de 1980 para produzir álcool combustível (anidro e hidratado).

O projeto Alcobrás localizava-se na Fazenda Campo Grande, área de um antigo seringal, na zona rural do município de Capixaba. A agroindústria com a sede abrangendo uma área de 11 mil hectares só funcionou cerca de uma semana e faliu. Desde então, as terras e o que restou dos maquinários foram abandonados. O projeto foi financiado com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) via Banco do Brasil (FERREIRA, 2007, p. 01).

No ano de 2005, na atual conjuntura em que se encontrava o álcool como combustível “renovável e alternativo” para a matriz energética nacional, através da política do biocombustível do governo federal, o governo do estado do Acre, acreditou que seria possível ressuscitar o projeto e de plantar cana-de-açúcar na Amazônia, como forma de desenvolvimento para a região.

Conforme Brasil (2005, p. 01), o biocombustível é “combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme

regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil”.

Nessa perspectiva o etanol proveniente da cana-de-açúcar começa novamente a ganhar importância como combustível, isso pode ser notado pela ampliação da área de produção da cana-de-açúcar. “Segundo dados do IBGE a expansão da área plantada de cana-de-açúcar, cresceu no período de 1994 a 2006, mais de 2,7 milhões de hectares” (OLIVEIRA, 2008, p. 01), “já se estima uma expansão dos atuais 7 milhões para 14 milhões de hectares em 2020” (ABRAMOVAY, 2008, p. 01). Até lá o Brasil será o maior produtor do mundo.

Isso por conta da matriz energética fossilista estar desgastada em decorrência dos problemas ambientais e de sua futura limitação, como não se abre mão do petróleo, foi-se então disponibilizados adicionais como alternativas. Assim, em 2003, a Volks lançou o primeiro carro Total Flex (com o uso de dois combustíveis) no mercado nacional, introduzindo o sistema em um modelo básico, o gol (BOURNE JR, 2007, p. 66).

Hoje, a maioria das montadoras já usa a tecnologia do bicombustível – álcool e gasolina - em grande parte de seus veículos, tendo em vista o aumento da procura por veículos que possuam essa característica.

Segundo Bourne Jr. (2007, p. 66), a preferência pelo etanol da cana-de-açúcar como combustível, está no fato de ser considerado por muitos como um combustível limpo, tendo em vista que a produção e a queima do álcool de cana geram cerca de 55% a 90% menos dióxido de carbono do que no caso da gasolina, e sua produtividade ser duas vezes superior à do etanol proveniente do milho, ou seja, 5,7 a 7,6 mil litros por hectare.

Nessa perspectiva, o governo do estado do Acre aproveita-se dessa nova conjuntura que se encontrava o etanol como combustível e por meio de políticas públicas para fins de desenvolvimento, adquiriu junto ao Banco do Brasil por R\$ 3 milhões a área de 61,572 hectares e o que restou do maquinário da Usina Álcool Brasileiro S.A – ALCOBRAS, e os repassou para a iniciativa privada gerir, por meio de grupos tradicionais neste ramo da agroindústria, pelo prazo de vinte anos (ACRE, 2005, p. 01).

A partir do contrato assinado com o Banco do Brasil, o governo do estado, através da Secretaria de Agricultura e Pecuária, na gestão do secretário Mauro Ribeiro, fez a parceria com o Grupo Farias, do Estado de Pernambuco, dono de 65% do capital do projeto; com o Grupo Maubisa de São Paulo que representa 10% do Projeto e com um Consórcio Acreano que representa 25% do capital, fundando assim a Álcool Verde S/A, com a administração do Grupo Farias (MAIA, 2007, p. 01).

Na atualidade, após algumas modificações, o capital da Álcool Verde está dividido em 95% de propriedade da Companhia Acreana de participações (CAP) e 5% Governo do Estado. A participação do Governo do Estado na sociedade não poderá ser inferior a 5% , mesmo que o Capital social venha a aumentar. Ou seja, 95% são do CAP que é formado pelo Grupo Farias com 70% e os parceiros locais com 25%.

Assim, desde o ano de 2006 a Álcool Verde vem arrendando terra, hoje possui 2.400 hectares arrendados, o que corresponde a toda a área da agroindústria, sendo que do total apenas em torno de 1.800 hectares estão sendo cultivado. O tamanho das áreas arrendadas por propriedade varia de 808, 300, 200 e até de 10 hectares.

Com a reativação do agronegócio o governo do estado pretende desenvolver o local com a intensificação da agricultura nas áreas já desmatadas, permitindo viabilizar tanto a geração de emprego e renda para as populações rurais, quanto o abastecimento dos mercados urbanos, além de contribuir para reduzir as pressões de desmatamento no Estado do Acre (ACRE, 2006, p. 156).

O interesse do setor privado pela Álcool Verde, que se localiza muito distante dos centros avançados em cultivo e colheita da cana-de-açúcar do país, está na esperança da finalização da Rodovia Transoceânica Brasil-Peru, ou Estrada do Pacífico. Com a ligação terrestre entre o Brasil com os portos do Peru, ficará mais fácil e viável a exportação de mercadorias via Oceano Pacífico para os países asiáticos (ACRE, 2006, p.156).

Dessa forma, com a reativação da agroindústria de processamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool (anidro e hidratado) e açúcar, deverá assumir grande importância econômica, social e ambiental, ou poderá aprofundar as desigualdades e disparidades do capital agroindustrial com os camponeses assentados em projetos para fins de reforma agrária localizados próximo à agroindústria.

No entorno da antiga Alcobrás, no período em que o agronegócio encontrava-se desativado, foram assentadas 670 famílias, em dois projetos para fins de reforma agrária, sendo: 1) PA Alcobrás: criado através da Portaria nº 058, da Superintendência Regional do INCRA no Acre (SR 14) em 24/11/1998, abrangendo uma área de 7.690,8510 ha, com 434 famílias assentadas; 2) PA Zaqueu Machado: criado através da Portaria nº 023, da Superintendência Regional do INCRA no Acre (SR 14) em 10/08/2001, abrangendo uma área de 3.768,7340 ha, com 236 famílias assentadas (BRASIL, 2007).

Nesta nova fase da agroindústria, agora com uma nova roupagem “verde”, a usina encontra-se rodeada pelos assentamentos Alcobrás e Zaqueu machado, e uma nova questão surge: os assentamentos cumprirão as suas funções sociais perante a questão agrária e a soberania alimentar, ou se renderão sujeitando-se a lógica capitalista como mão-de-obra assalariada ou na condição de renteiro.

Diante disso, com a reativação do agronegócio quais serão as implicações nos assentamentos? A resposta baseia-se na teoria que enfoca o desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro como “contraditório e combinado”, pois ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações capitalistas através do trabalho assalariado, ele produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (OLIVEIRA, 1999, p. 73). Assim, mesmo sabendo que existe particularidades entre ambos (camponeses e capitalistas) seria natural a utilização da propriedade camponesa para a reprodução do capital.

No decorrer da pesquisa procuramos observar essa teoria de desenvolvimento “desigual e contraditório”, tentando compreender em qual das linhas teóricas se encaixava a relação da Álcool Verde com os assentamento para fins de reforma agrária (PA Zaqueu Machado e PA Alcobrás) se o monopólio territorializava-se ou se monopolizava o território.

A população dos assentamentos é formada por antigos seringueiros que viviam no local antes do proprietário transformá-la em fazenda de gado e vendê-lo ao ex-dono da Usina Alcobrás, camponeses desterritorializados de outros locais que passaram a

ocupar a área de terra da antiga usina no momento em que ela se encontrava estagnada e alguns trabalhadores provenientes das cidades vizinhas.

Diante da realidade apreendida, percebemos que alguns fatores dificultaram a monopolização do território, diretamente relacionados com o desenvolvimento da colheita mecanizada, pois para a agroindústria seria inviável colher em um pequeno espaço – o lote do assentado - e passar uma longa distância sem colher (vários lotes). Observe os fatores:

- 1) O tamanho dos lotes como espaço insuficiente no padrão do agronegócio;
- 2) A insignificante adesão dos assentados;
- 3) A impossibilitando da colheita mecanizada por conta das condições do relevo ser desnivelado.

Por conseguinte, o mesmo não ocorreu com os assentados que de forma direta passaram a serem submetidos ao projeto sucroalcooleiro como força de trabalho assalariada, deixando de se dedicarem exclusivamente aos seus lotes para passar a maior parte do tempo na manutenção do canavial.

Nesse caso, a localização dos assentamentos junto à agroindústria teria papel estratégico na manutenção da força de trabalho necessário no projeto sucroalcooleiro. No entanto, como consequência, o trabalho nos assentamentos e a produção de alimentos serão prejudicados.

A respeito da força de trabalho, existe atualmente na agroindústria um total 68 trabalhadores, sendo 38 com contrato permanente regidos pela CLT que ocupam as funções na administração e outros 30 trabalhadores temporários contratados especificamente para a limpeza do canavial pelo período de dois meses. Dentre os trabalhadores temporários, a maioria é proveniente da cidade de Senador Guiomar e o restante dos assentamentos.

No entanto, existe uma expectativa de na safra 2008/2009 à 2009/2010 de ocupar 720 pessoas na safra e 330 pessoas na entressafra. Na safra a mão-de-obra estaria dividida por: 40 pessoas na administração, 280 pessoas na indústria, 400 pessoas na parte agrícola.

No momento, a agroindústria encontra-se em fase de preparação para a colheita, e o Ministério Público Federal no Acre, tendo estudado o seu EIA-RIMA, percebeu que

o estudo não estava bem feito, pois ainda continha muitas ameaças, principalmente ao meio ambiente. Dessa forma, dificultou no licenciamento para a operação. Mas, este fato já foi contornado com o Termo de Ajustamento de Conduta firmado junto à Álcool Verde, se comprometendo em rever o EIA-RIMA e toda a questão ambiental que permeia a operação da usina.

Este fato, somando-se ao contexto de crise em que se encontra a economia nacional e mundial, e com o atual contexto do etanol como alternativa energética no Brasil, possibilitou um freio ao andamento do processo, tendo a agroindústria respondido com a paralisação dos negócios e demissão dos trabalhadores. Outro caso de influência nesta problemática diz respeito ao prejuízo em que os arrendatários tiveram, tendo em vista que, como não houve colheita também não ocorreu o pagamento da renda da terra.

Os latifúndios que estão arrendados não houve muita influência, tendo em vista que a maior parte da área dos latifúndios serem destinadas para especulação, e dessa forma, produzindo ou não, cumprem o seu ideal. Já os assentados que se juntaram ao processo, isso se apresenta de forma catastrófica, ainda mais para aqueles que não possuem outra fonte de renda se não o cultivo da terra. A terra ficou ocupada, sem espaço para o plantio, e ainda não proporcionou renda, dificultando o sustento da família.

O agronegócio, neste momento, está esperando recursos na ordem de cinco milhões para reforma a usina e começar o processamento de cana-de-açúcar para o mês de julho, se assim ocorrer pretende moer 140.000 a 150.000 toneladas.

A produção será destinada prioritariamente em torno de 20% a 30% do álcool hidratado para o mercado local, comprometendo-se o empreendedor a praticar preços de mercado compatíveis com as médias identificadas pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Universidade de São Paulo, respeitando as condições de logística e custos de produção no Estado do Acre, e de 70% ou mais desse percentual para a produção de açúcar, ou álcool em anidro para o mercado externo. Então, vamos dizer que seria mais álcool em anidro do que hidratado. O preço poderá ter uma redução no mercado local em torno de 60% do preço da gasolina, em torno de R\$ 0,30 centavos mais barato.

### **Considerações finais**

A atuação do estado na produção do espaço e formação do território tem gerado disparidades entre os atores subordinado a sua governança, detentores de características diferentes de atuação e reprodução, resultando em conseqüências desastrosas ao ideal de desenvolvimento regional.

É facilmente notável a apropriação espacial da região para a reprodução da lógica nacional baseada no agronegócio. Não só no Acre, mas em quase todos os estados da região Norte já possuem projetos com características do setor sucroalcooleiro.

Um dos resultados apontados nesta pesquisa foi o direcionamento da força de trabalho do assentamento para o trabalho assalariado na agroindústria. Se esta tendência continuar, não fará sentido a continuação dos lemas da reforma agrária no local, em vista de que o assentado possui a terra, mas não trabalha nela, portanto, não produz alimento.

De certa forma, a balança comercial do Brasil tem provado alguns benefícios amparados pelos lucros do setor sucroalcooleiro, no entanto, devemos nos ater nas conseqüências que a expansão generalizada deste modelo pode provocar como a degradação do meio ambiente, a crise de alimentos, a penalização do trabalhador e a dependência da monocultura da cana-de-açúcar.

Acredito que, na região amazônica devemos planejar o desenvolvimento se baseando nos aspectos sociais e ambientais específicos da região, e na capacidade do camponês de manutenção familiar e abastecedor dos centros locais.

Assim, que o modelo de desenvolvimento considere a existência e dimensão da floresta e do modo de vida de seus habitantes, e que todas as políticas sejam direcionadas para a utilização das riquezas florestais de forma racional e para o bem estar da população local.

---

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O desafio Socioambiental**. Disponível em: <<http://www.editora.globo.com/especiais/2008>>. Acesso em: 16/06/2008.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000**. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

\_\_\_\_\_. Assembléia Legislativa do Estado do. **Lei Ordinária nº 1.636, de 30 de março de 2005**. Rio Branco, 30 de mar. de 2005. Disponível em: <<http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/2005/lei1636>>. Acesso em 07/11/2007.

ALMEIDA, Rosemeire A. O sentido da terra camponesa: práticas de distinção. In: **III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde” - SINGA 2007**. Londrina, PR, UEL, 2007.

\_\_\_\_\_, Rosemeire A. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. *IN: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.*

BOURNE JR, Joel K. Petróleo Verde. *IN: **National Geographic: Brasil**. Outubro 2007. Ano 7. nº 91. ISSN 1517-7211. p. 56 – 77.*

BRASIL, Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Números da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 07/11/07.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **LEI Nº 11.097, DE 13 DE JANEIRO DE 2005**. Disponível em: [www.mme.gov.br/download](http://www.mme.gov.br/download), acesso em 14/05/2009. .

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Decreto Nº 76.593, de 14 de novembro de 1975**: Institui o programa nacional do álcool e dá outras providências. Brasília, 14 de nov. de 1975. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 09/11/07.

CARLOTO, Denis Ricardo. Um debate sobre territórios e seus desdobramentos. **UÁQUIRI: A geografia e a Amazônia em questão. Revista do Departamento de**

**geografia da Universidade Federal do Acre.** Rio Branco: DEGEO/UFAC, nº 5-6, 185 p. jul./dez./ 2005; jan./jun./ 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. *In:* PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.

FERREIRA, Edmilson. Álcool Verde anuncia a fase de industrialização do Acre. **Jornal Página20.** Rio Branco, 12 de ago. de 2007. Disponível em: <<http://www.jornalpagina20.com.br/especial/alcoolverdeanunciafaseindustrializacaoacre>>. Acesso em 12/08/2007.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In:* SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Coleção: Espaço, território e paisagem).

IBGE, Cidades. Capixaba: Acre. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15/05/2009.

MAIA, Tião. Álcool Verde: um empreendimento que vai gerar emprego e renda. **Jornal Página 20.** Rio Branco, 12 de ago. de 2007. Disponível em: <<http://www.jornalpagina20.com.br/especial/AlcoolVerde:umempreendimentoquevaigerarempregoerenda>>. Acesso em 12/08/2007.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as Transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre.** São Paulo: ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Agrocombustíveis e produção de alimentos.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 23/04/2008.

PROÁLCOOL, Programa Brasileiro de Álcool. Disponível em:  
<<http://www.biodieselbr.com/proalcool>>. Acesso em 26/10/07.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio**. Revista Pegada – vol. 09 n. 1, junho de 2008.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.

Artigo recebido em maio/2009 e aceito para publicação em outubro/2009.